



2671-AL  
SANTO-ANDRÉ

# HISTORIOGRAFIAS PORTUGUESA E BRASILEIRA NO SÉCULO XX

OLHARES CRUZADOS

JOÃO PAULO AVELÃS NUNES  
AMÉRICO FREIRE  
COORDENAÇÃO

## OS CONGRESSOS DE HISTÓRIA E OS PERCURSOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA NO SÉCULO XX

LUCIA MARIA PASCHOAL GUIMARÃES

Agradeço aos organizadores, em especial, o Prof. Américo Freire, o convite para participar desse Colóquio Internacional, que busca refletir sobre o percurso cumprido pelas historiografias portuguesa e brasileira, no século XX. Devo dizer que estou muito honrada com a lembrança do meu nome, mas, ao mesmo tempo apreensiva, diante da responsabilidade de substituir minha amiga e colega Angela de Castro Gomes na abertura dessa jornada acadêmica,

Congressos, seminários e eventos do gênero, como se sabe, são bons termômetros para se avaliar a atualização do conhecimento histórico. Além de incrementar a circulação de idéias e a troca de experiências, propiciam a reflexão conjunta sobre bibliografias, fontes disponíveis, temas de estudo e métodos de trabalho. A memória desses encontros, geralmente publicada sob a forma de *Anais*, constitui obra de referência, integrada pelo somatório das contribuições apresentadas. Representa, portanto, um extenso inventário, uma espécie de (...) *pedra angular* da disciplina e ao mesmo tempo material de trabalho, uma vez que serve de ponto de partida para novas investigações<sup>1</sup>, como é o caso do exercício, que passo a expor.

---

<sup>1</sup> Sobre a importância acadêmica dos congressos, ver, RASMUSSEN, Anne. "Congrès Internationaux". In: JULLIARD, Jacques, & WINOCK, Michel. *Dictionnaire des intellectuels français: les personnes, les lieux, les moments*. Paris: Éditions du Seuil, 1996, p.306.

Em 15 de junho de 1951, nas páginas do jornal *Correio da Manhã*<sup>2</sup>, Sérgio Buarque de Holanda oferece um balanço dos estudos históricos no Brasil, na primeira metade do século XX, em que aponta o papel desempenhado por João Capistrano de Abreu (1853-1927), a quem atribui a abertura de novos horizontes na pesquisa e na construção do saber histórico. Assinala que à exceção da copiosa busca documental empreendida por Francisco Adolfo de Varnhagen nos anos oitocentos, Capistrano, melhor do que ninguém, revelou, valorizou e bem aproveitou os testemunhos escritos da nossa formação nacional. Seus *Capítulos de História Colonial*, cuja primeira edição data de 1907, constituem um programa de trabalho. Entretanto, lamenta Sérgio, a consecução desse programa não fora levada avante no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), por historiadores contemporâneos, da estatura de João Pandiá Calógeras, de Guilherme Studart e de Rodolfo Garcia, entre outros.

De fato. Os encaminhamentos sugeridos pelo autor dos *Capítulos* só começariam a influenciar as investigações e a escrita da história do Brasil algumas décadas após a sua morte, apesar do reconhecimento que desfrutara em vida, junto aos seus pares. A decalagem entre a recepção e a apropriação das idéias desenvolvidas nos *Capítulos* pode ser percebida através da análise comparativa de dois eventos-chave da historiografia brasileira da primeira metade do século passado: o primeiro e o quarto congressos de história nacional, promovidos pelo Instituto Histórico, respectivamente, em 1914 e 1949.

Entre os anos 1910 e 1920, a intelectualidade brasileira experimentava uma fase de efervescentes manifestações de nacionalismo. Reflexo da crise internacional que iria desaguar na primeira Grande Guerra, à medida que esse apostolado se intensificava, crescia a onda de interesse pelas questões nacionais. Tratava-se, por assim dizer, da versão nativa de um fenômeno mundial, denominado de *patriotismo modelo 1914*, por Maurice Agulhon<sup>3</sup>. Ora, os ventos do culto à nacionalidade também sopravam pelos lados do Instituto Histórico. Afinal, entre as

---

<sup>2</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. "O pensamento histórico no Brasil durante os últimos cinquenta anos". *CM - Suplemento Cultura Brasileira*, Rio de Janeiro, 15 de junho de 1951, p. 1-3.

<sup>3</sup> Cf. AGULHON, Maurice. *Histoire vagabonde III*. (La politique en France, d'hier à aujourd'hui). Paris: Gallimard, 1996, p. 12.

lições do catecismo cívico, sobressaía-se o estudo da história pátria. Em 1913, o historiador e diplomata Manuel de Oliveira Lima pronunciou uma conferência, de grande repercussão nos meios políticos e intelectuais, intitulada “O atual papel do Instituto Histórico”, em que salientava a necessidade de (...) *reforçar o sentimento nacional*, por meio da construção de um passado comum a todos os brasileiros. Para tanto, entre outras medidas, recomendava ao Instituto organizar um congresso de história pátria, aberto à participação de estudiosos de todo o país<sup>4</sup>.

A sugestão de Oliveira Lima redundaria na convocação do I Congresso de História Nacional, daqui por diante denominado apenas de I Congresso, que teve lugar no IHGB, entre 7 e 14 de setembro de 1914. O evento contemplou o espaço de tempo compreendido entre 1500-1871. A fixação desta última data-limite buscava incorporar à história nacional boa parte do Segundo Reinado, período que nos anos subseqüentes à proclamação da República fora relegado ao *deserto do esquecimento*, segundo a expressão de Joaquim Nabuco, com a mudança do regime político no Brasil, operada em 1889<sup>5</sup>. A par disso, a escolha também é tributária da noção de distanciamento, defendida no Instituto desde a sua fundação, como necessária para que o historiador pudesse analisar os fatos com a devida isenção. Em outras palavras, significava deixar de lado o exame de uma das fases mais conturbadas da nossa história política, a que se estende entre a queda da monarquia e a consolidação do regime republicano<sup>6</sup>.

A programação era constituída por 93 proposições, que se distribuíam por nove seções de trabalho, cada qual correspondendo a uma especialidade dos estudos históricos, de acordo com a tipologia definida por Langlois & Seignobos, no manual *Introduction aux études historiques*<sup>7</sup>, obra naquela altura estimada como a *bíblia* do método histórico<sup>8</sup>.

---

<sup>4</sup> LIMA, Manuel de Oliveira. “O atual papel do Instituto Histórico”. In: \_\_\_\_\_, *Obra Seleta*. Org. de Barbosa Lima Sobrinho. RJ: Inst. Nac. do Livro, 1971, p.718-724 (Coleção Centenário, v. 3).

<sup>5</sup> NABUCO, Joaquim. “Discurso de posse”. R. IHGB, Rio de Janeiro, 59 (94): 310, 1896.

<sup>6</sup> GUIMARÃES, Lucia M. P. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Editora do Museu da República, 2006, p. 82.

<sup>7</sup> A 1.<sup>a</sup> edição do manual data de 1898. Utilizamos a re-edição de 1992. Cf. LANGLOIS, Charles-Victor & SEIGNOBOS, Charles. *Introduction aux études historiques*. Paris: Éditions Kimé, 1992, p.201-202.

<sup>8</sup> Cf. RÉBÉRIOUX, Madeleine. “Préface”. Idem, p.7.

**Quadro nº 1****IHGB, I Congresso de História Nacional:****Distribuição do temário por seção**

SEÇÕES/CAMPOS DE INVESTIGAÇÃO	TEMAS PROPOSTOS	
	N.ºs Absolutos	%
1 - História Geral do Brasil	11	12,0
2 - História das Explorações Geográficas	11	12,0
3 - História das Explorações Arqueológicas e Etnográficas	07	7,5
4 - História Constitucional e Administrativa	18	19,3
5- História Parlamentar	09	9,5
6 - História Econômica	09	9,5
7 - História Militar	07	7,5
8 - História Diplomática	06	6,5
9 - História Literária e das Artes	15	16,2
<b>Total:</b>	<b>93</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Anais do Primeiro Congresso de História Nacional. IHGB, Rio de Janeiro: IHGB: Imprensa Nacional, 5 v., 1915-1917.

Os campos de investigação escolhidos e a distribuição respectiva do temário demonstram sintonia com as principais tendências da historiografia europeia dos primeiros anos do século XX<sup>9</sup>. Privilegiava-se o campo da história política e territórios correlatos (história militar, história diplomática, história constitucional e administrativa e história parlamentar). Mas, a incidência de matérias na seção de *História das Explorações Geográficas* também sinaliza familiaridade com orientações emanadas dos grandes centros universitários do Velho Mundo, nos quais a geografia histórica se consolidava como uma

<sup>9</sup> Para efeito de comparação, ver os levantamentos de BOER, Pim den. *History as profession. The study of history in France, 1818-1914*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1998, p. 333-335.

nova área de estudos<sup>10</sup>. O mesmo se aplica às proposições alocadas em certas especialidades consideradas na época como “emergentes”, como é o caso da *história econômica* e da chamada *história das explorações arqueológicas e etnográficas*<sup>11</sup>.

Por outro lado, o expressivo percentual de assuntos agrupados nos domínios da *história literária e das artes* constitui uma pista das preocupações nacionalistas do Instituto. A escolha desses tópicos evidencia a intenção de salientar e jogar luz sobre certos conhecimentos, que poderiam ajudar na modelagem da consciência nacional, como as letras, a música, os costumes e as manifestações religiosas.

O temário da seção de *história geral do Brasil* demarcava as grandes linhas de força, que serviam de fio condutor para os demais segmentos do Primeiro Congresso. A opção metodológica de partir da história geral para as histórias especializadas, mais uma vez, apoiava-se nas premissas formuladas por Langlois & Seignobos. Identificavam-se os fatos gerais, delimitadores das sucessivas etapas da *evolução* da sociedade, formando dois grandes eixos temáticos, construídos a partir da divisão cronológica da história do Brasil segundo os regimes políticos, ou seja, a Colônia e o Império. As balizas temporais utilizadas para pontuar os respectivos fracionamentos foram fixadas, consoante a categoria dos chamados *grandes acontecimentos de natureza política*<sup>12</sup>.

Compareceram ao I Congresso duzentos estudiosos, provenientes de diferentes localidades brasileiras, o que para a época representa uma afluência

---

<sup>10</sup> Sobre a colaboração entre historiadores e geógrafos no início do século XX, ver, HIGOUNET, Charles. “La Géohistoire”. In: SAMARAN, Charles (dir.). *L’histoire et ses méthodes*. Paris: Gallimard, 1973, p. 78-82. (Encyclopédie de La Pléiade, v.11). Ver, também, BOER, Pim den. Op. cit., p.335.

<sup>11</sup> Cf. BURKE, Peter. “Quanto é nova a nova história”. In: \_\_\_\_\_ (org.), *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 16-25.

<sup>12</sup> O programa da seção de *história geral do Brasil* era formado pelos seguintes tópicos: 1 O descobrimento do Brasil. 2 A colonização, capitânias. 3. Estabelecimento de um governo Geral, os primeiros jesuítas. 4. O domínio espanhol. 5. Os holandeses no Brasil: o governo de Maurício de Nassau. 6. O padre Antonio Vieira. 7. Política do Marquês de Pombal. 8. Tentativas de Independência. 9. A Corte Portuguesa no Brasil. 10. Primeiro Império, os governos da regência. 11. O Segundo Império até 1871.

de público bastante expressiva. Os *Anais* reportam a exposição de cento e dois trabalhos, dos quais noventa e cinco foram integralmente editados.

## Quadro nº 2

### IHGB: Anais do Primeiro Congresso de História Nacional: Distribuição das comunicações publicadas por seção

SEÇÕES/COMUNICAÇÕES	N.ºs Absolutos	%
1 - História Geral do Brasil	25	26,4
2 - História das Explorações Geográficas	11	11,5
3 - História das Explorações Arqueológicas e Etnográficas	05	5,2
4 - História Constitucional e Administrativa	20	21,1
5 - História Parlamentar	08	8,4
6 - História Econômica	05	5,2
7 - História Militar	11	11,5
8 - História Diplomática	03	3,2
9 - História Literária e das Artes	07	7,5
<b>TOTAL:</b>	<b>95</b>	<b>100</b>

Fonte: IHGB, Anais do Primeiro Congresso de História Nacional. Rio de Janeiro: IHGB; Imprensa Nacional, 5 v., 1915-1917.

A distribuição por seções das comunicações publicadas nos *Anais* acompanha as mesmas tendências já apontadas no exame do quadro nº 1. Observa-se, nitidamente, o predomínio da história política e territórios conexos, respondendo por 71% dos textos. Mas, em que pese o esforço de erudição dos autores, afinados com os cânones da *escola metódica*<sup>13</sup>, prevalecem as mesmas perspectivas de interpretação da historiografia brasileira oitocentista. A maioria dos estudos relativos à América portuguesa permanece ancorada na

<sup>13</sup> Sobre a escola metódica, ver BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. “O discurso do método”. In: \_\_\_\_\_, *As escolas históricas*. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d., p. 101-104.

*História geral do Brasil* (1854-1857), de Francisco Adolfo de Varnhagen, o que confirma a bem humorada apreciação de Oliveira Lima, de que a obra de Varnhagen (...) *foi e continua a ser a peça de resistência da nossa refeição histórica, o assado sólido, gordo, apetitoso na sua simplicidade sem adubos nem temperos franceses, com um molho leal e nenhum acompanhamento* (o grifo é nosso)<sup>14</sup>. Por sua vez, as narrativas que se ocuparam do período reinol e do processo da independência reproduzem as premissas da *História da fundação do Império Brasileiro*, de Pereira da Silva (1864-1868). Já nos trabalhos sobre o jogo político do Segundo Reinado, a citação obrigatória recaía na obra *Um Estadista do Império*, de Joaquim Nabuco (1897-1899).

Na composição dos *Anais*, de acordo com o quadro nº 2, verifica-se que os 29% dos textos restantes repartiam-se entre as demais seções, com os seguintes percentuais: 11,5% tratam de temas pertinentes ao campo da geografia histórica; 7,5% de *história literária e das artes*; 5,1% de *história econômica*; e 5,1% *história das explorações arqueológicas e etnográficas*. Note-se que os dois últimos segmentos correspondem às especialidades que então despontavam no panorama historiográfico, ditas “emergentes”. A leitura dessas contribuições traz algumas surpresas. Sobretudo no que diz respeito aos enfoques utilizados por certos trabalhos. No âmbito da *história econômica*, merecem registro duas monografias: “Dívida do Brasil, pública e privada” e “A circulação. Crise do *xem-xem*, evolução das leis monetárias. Crises de 1857 e de 1864”<sup>15</sup>. Os autores de ambas utilizam métodos que mais tarde seriam próprios da história serial e chegam a conclusões instigantes, considerando a cultura histórica do início do século XX. Na primeira, por meio do exame da dívida passiva do Tesouro Nacional, demonstra-se que a contratação de empréstimos externos e internos foi uma prática regular dos gabinetes imperiais, objetivando cobrir os

<sup>14</sup> LIMA, Manuel de Oliveira “Elogio a Varnhagen”. In: \_\_\_\_\_, *Obra Seleta...* Op. cit. p.551.

<sup>15</sup> Os *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, lamentavelmente, não oferecem maiores informações sobre F. T. de Sousa Reis. O *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros* de Rubem Borba de Moraes também não apresenta nenhuma entrada com esse nome, nem o *Índice Geral da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Sobre A. B. Ramalho Ortigão, aliás, Antonio de Barros Ramalho Ortigão, sabe-se apenas que participou do projeto da Academia de Altos Estudos do Instituto Histórico, tendo ministrado cursos da disciplina História das Doutrinas Econômicas no Brasil. Cf. FLEIÚSS, Max *Recordando .... (Casos e perfis)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, v.1, p. 235-238.



déficits das contas públicas, no período entre 1824 e 1871. A segunda, através de sofisticados tratamentos estatísticos, revela o modo como governo de d. Pedro II servira-se do recurso da emissão de papel moeda, para *mascarar* os danos das crises financeiras, que em diferentes momentos afetaram a economia, contribuindo assim para o aumento da inflação no país.

Nos segmentos dedicados à *história das explorações arqueológicas e etnográficas* e à *história literária e das artes*, ao lado de narrativas dirigidas para a valorização da nacionalidade, despontam análises originais que exploram os relatos de naturalistas e viajantes do século XIX<sup>16</sup>. Nos domínios da *história literária e das artes*, vale destacar a dissertação intitulada “Do teatro no Brasil”<sup>17</sup>, bem como monografias que jogam luz sobre a pintura, os costumes do cotidiano e o cancionero dos bandeirantes<sup>18</sup>. Trata-se de um conjunto de textos sobre aspectos da cultura brasileira que só mais tarde, na década de 1930, haveriam de ser incorporados às análises historiográficas, com os trabalhos de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque de Holanda. O mesmo se pode afirmar a respeito dos estudos de geografia histórica, que sob o rótulo de *história das explorações geográficas* devassam os itinerários dos bandeirantes, a conquista e o povoamento do território<sup>19</sup>.

De um modo geral, os *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional* evidenciam que a historiografia brasileira, no alvorecer do século XX, mostrava-se bastante familiarizada com as principais tendências europeias que orientavam o estudo da disciplina. Combinavam-se as noções da *escola metódica*, em especial na sua vertente francesa, representada por Langlois & Seignobos, com o ideário do *patriotismo à moda 1914*, o que conferia à escrita da história um caráter científico, mas ao mesmo tempo pragmático, voltado para enaltecer os fastos nacionais e oferecer bons exemplos de civismo às gerações mais novas.

---

<sup>16</sup> Ver, entre outros, SAMPAIO, Teodoro. “Os naturalistas viajantes dos séculos XVII e XIX e o progresso da etnografia indígena no Brasil”. *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*. Op. cit., v. 2, p.543-594.

<sup>17</sup> Cf. PAIXÃO, Múcio da. “Do teatro no Brasil”. Idem, v.5, p. 675-722.

<sup>18</sup> Ver, por exemplo, ROSA, Francisco Luiz da Gama. “Costumes dos povos nos nascimentos, batizados, casamentos e enterros”. Idem, ibidem, p. 735-746.

<sup>19</sup> Ver, a esse respeito, DERBY, Orville. “Estudos cartográficos na primeira fase dos descobrimentos da América”. Idem, v. 2, p. 325-344.

O panorama da cultura historiográfica nacional pouco se alterou nos anos subseqüentes à realização do I Congresso, apesar da emergência, nos anos 1930, das obras de Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, os chamados intérpretes do Brasil, hoje em dia percebidos como clássicos da nossa historiografia. Convém salientar que a recepção tardia desses autores, em boa parte, deveu-se à política cultural desenvolvida durante a chamada “era Vargas”, mormente no período do Estado Novo, quando se procurou através da história legitimar o regime implantado em 1937, além de reforçar o culto à nacionalidade, como já o demonstrou Angela de Castro Gomes, no livro *História e Historiadores*<sup>20</sup>.

Quanto à influência das idéias de Capistrano de Abreu, após o seu desaparecimento, em 1927, iniciou-se um movimento de valorização da obra por ele deixada. O culto a Capistrano, por assim dizer, ganhou vida com o aparecimento da Sociedade Capistrano de Abreu (1927-1969), criada por iniciativa de amigos, discípulos e admiradores<sup>21</sup>. De quebra, as concepções de história e os vieses interpretativos por ele defendidos disseminaram-se por diversos espaços acadêmicos e ganharam corpo nos trabalhos do Instituto Histórico.

Em 1948, a propósito do quarto centenário da fundação da cidade de Salvador e da instituição do Governo Geral no Brasil, o Instituto decidiu promover o IV Congresso de História Nacional, daqui por diante denominado somente de IV Congresso. A reunião científica realizou-se entre abril de 1949. Dedicada à história da colônia, além de estudiosos brasileiros, os organizadores esperavam atrair a presença de especialistas estrangeiros, sobretudo oriundos da velha metrópole, já que em última análise privilegiava-se a história da América portuguesa<sup>22</sup>.

O evento dividiu-se em oito seções acadêmicas, que correspondiam aos seguintes campos de investigação: história geral; geografia histórica e cartografia; etnografia; história econômica e social; história militar e diplomática;

---

<sup>20</sup> GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

<sup>21</sup> Ver, GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2006, p. 59, mimeo.

<sup>22</sup> IHGB, *Anais do IV Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950, v. 1, p. 5-6.

religião, ciências, letras e artes; instituições políticas e jurídicas, e bio-bibliografia. O recorte temporal, obviamente, contemplou o período compreendido entre 1500 e 1763, ano da transferência da sede do governo geral de Salvador para o Rio de Janeiro. A periodização estabelecida e a diversidade de campos de investigação propostos denotam a intenção do Instituto de promover uma grande revisão do conhecimento disponível sobre o período colonial, com ênfase no chamado *ciclo baiano*.

**Quadro nº 3**

**IHGB, IV Congresso: Distribuição de temas por seção**

SEÇÕES/CAMPOS DE INVESTIGAÇÃO	Temas propostos	
	N.ºs Absolutos	%
1. História geral do Brasil	41	34,5
2. Geografia Histórica e Cartografia	11	9,2
3. Etnografia	11	9,2
4. História Econômica e Social	16	12,5
5. História Militar e Diplomática	10	7,7
6. Religião, ciências, letras e artes	12	10,1
7. Instituições Políticas e Jurídicas – Evolução das cidades	09	7,5
8. Bio-bibliografia	09	7,5
<b>TOTAL</b>	<b>119</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Quadro elaborado com informações registradas nos Anais do IV Congresso de História Nacional. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, 1950-52, 13v.

O arcabouço do IV Congresso, como se pode perceber, ainda obedece os cânones da historiografia europeia do início do século XX<sup>23</sup>. Tal qual ocorrera na jornada científica de 1914, partia-se da história geral para as chamadas

<sup>23</sup> Para efeito de comparação, ver os levantamentos de BOER, Pim den. *History as profession. The study of history in France, 1818-1914*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1998, p. 333-335.

histórias especializadas. Porém, tanto a divisão das seções, quanto a escolha dos respectivos temários demonstram algumas reorientações de natureza teórico-metodológica, sobretudo o recuo da hegemonia da história política e das disciplinas correlatas (história militar, história diplomática, história constitucional e história administrativa). Se esses domínios na pauta do I Congresso respondiam por cerca de 70% dos assuntos indicados para exame, o percentual cai para 49%, no programa proposto em 1949, permitindo a expansão de outros campos, como a “Geografia histórica e cartográfica” e a “História econômica e social”. Na programação, o rol de assuntos dessas duas especialidades somado com os de “Etnografia” e da seção denominada “Religião, ciências, letras e artes” alcança, aproximadamente, 41% do total do temário escolhido para discussão<sup>24</sup>.

Outras novidades se evidenciam. No segmento dedicado à “História geral do Brasil”, as matérias já não se limitavam apenas à categoria dos *faits geradores* de natureza política. Ao lado de tópicos pontuais, como “Vice-Reis na Bahia” e “Governadores do Rio de Janeiro”, despontam proposições cujos enunciados sugerem um enfoque interdisciplinar, a saber: “Sertanismo quinhentista. Resistência indígena e conquista sistemática”; “A Bahia do século XVII. A Casa da Torre e o devassamento dos sertões. Missões do rio São Francisco”. Ou, ainda, “São Paulo no século XVII. As grandes entradas. Direções do povoamento”. A par disso, nota-se a inserção de alguns assuntos que atualmente seriam alvo das preocupações da história cultural, a exemplo de “O Caramuru na história, na literatura e na lenda”.

À primeira vista, tanto a renovação temática, quanto a mudança no foco das abordagens poderiam levar o leitor a deduzir que a programação se apoiava nos avanços recentes experimentados pela historiografia francesa, tributários do movimento de *Annales*, cuja disseminação se acelerou no pós-guerra<sup>25</sup>. No entanto, a suposição cai por terra, à medida que se passa a dissecar o

---

<sup>24</sup> Ver, GUIMARÃES, Lucia. M.P. Circulação de saberes, sociabilidades e linhagens historiográficas. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 170-171.

<sup>25</sup> Ver, COUTAU-BEGARIE, Hervé. *Le phenomene “Nouvelle Histoire”: Stratégie et idéologie des nouveaux historiens*. Paris: Economica, 1983, p. 6-7. Ver, também, BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989*. São Paulo: Editora da UNESP, 1991, p. 42-43.

conteúdo do programa elaborado pelo IHGB. O número expressivo de itens direcionados para o estudo da ocupação e do povoamento do interior brasileiro, bem como para o tratamento dispensado à formação da sociedade colonial, apontam para outra direção. Melhor dizendo, constituem fortes indicativos da ascendência de matriz historiográfica nacional, em particular, as contribuições de Capistrano de Abreu<sup>26</sup>.

Inspiradas no programa de pesquisa delineado por mestre Capistrano, as proposições do Instituto sublinhavam a importância da paisagem natural no processo de constituição e de evolução dos grupos humanos. Para se ter uma idéia, basta dizer que a questão da ocupação do *hinterland* brasileiro aparece explorada por diversas perspectivas. Expressa, a princípio, na parte relativa à história geral, desdobra-se pelas seções de cartografia histórica, de etnografia e de história econômica e social. Neste último segmento, por sinal, a formulação dos conteúdos propostos pelo IHGB segue *pari passu* os enunciados dos *Capítulos de história colonial*<sup>27</sup>.

A valorização dos habitantes da capitania de São Vicente na expansão territorial, rumo ao sul e ao oeste, constitui outro indício da ascendência de Capistrano<sup>28</sup>. Do mesmo modo, as abordagens por ele consagradas transparecem na redação dos tópicos da seção de “Etnografia”, assim como no tratamento dispensado à população nativa da Terra de Santa Cruz, desde o cuidado com a localização das tribos indígenas no século XVI, até a recuperação dos traços remanescentes da sua cultura.

---

<sup>26</sup>. Cf. ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília: Senado Federal, 1998 e ABREU, J. Capistrano de Abreu. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1930.

<sup>27</sup> Veja-se, dentre outros, o tema: “Criação de gado. As grandes fazendas. Expansão sertanista. O rio São Francisco. A pecuária e a penetração sertanista no nordeste”. A seqüência da matéria apresentada acompanha o raciocínio desenvolvido nos *Capítulos*, na parte intitulada “O sertão”. A observação também é válida para os itens: “O fumo no Brasil colonial” e “A pequena agricultura no Brasil colonial” Cf. ABREU, J. Capistrano de. “O Sertão”. In: \_\_\_\_\_, *Capítulos de história colonial (1500-1800)*, op. cit., 107-155.

<sup>28</sup> A importância que costumava atribuir a essa questão também se encontra externada nos *Capítulos*. Idem, p. 110-117. Ver, ainda, ABREU, J. Capistrano de. “Carta de (...) a Afonso Taunay, dia de São Bertoldo e São Columbano [1904?]”. \_\_\_\_\_, *Correspondência de Capistrano de Abreu*, v.1; edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977, p.276.

Amparada nas premissas do historiador cearense, a programação proposta pelo Instituto Histórico se mostrava determinada a ultrapassar os *paradigmas* estabelecidos por Varnhagen no século XIX<sup>29</sup>. Se na concepção do visconde de Porto Seguro a história do Brasil colonial confundia-se com a história da colonização portuguesa, com Capistrano se havia inaugurado uma nova perspectiva historiográfica que deslocou para o primeiro plano a formação da sociedade colonial múltipla e diversificada, com suas imperfeições e contrastes<sup>30</sup>. Desta maneira, os *Capítulos de história colonial* constituem uma espécie de “ponte” entre a primeira geração da historiografia brasileira, da qual Varnhagen é a expressão máxima, e a terceira geração dos nossos historiadores, representada por Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior.

Inscreveram-se no IV Congresso cento e cinquenta participantes, sendo dezoito estrangeiros. Entre os brasileiros, destaca-se a presença de Pedro Calmon, de Afonso d’Escragnole Taunay, de Virgílio Corrêa Filho, de Josué de Castro, de Luís da Câmara Cascudo, de Arthur Hehl Neiva e de Artur Cesar Ferreira Reis. Ao lado desses nomes, emerge um jovem contingente de historiadores, oriundo do curso de história da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, representado pelas professoras Alice Piffer Canabrava, Maria da Conceição Martins Ribeiro, Nícia Vilela Luz e Olga Pantaleão<sup>31</sup>.

No grupo dos adventícios, afora os professores Charles Boxer (Universidade de Londres – King’s College), Robert C. Smith (Universidade da Pensilvânia) e Ronald Hilton (Universidade de Stanford), os restantes eram de nacionalidade portuguesa, inclusive o historiador Jaime Cortesão, que vivia exilado no Brasil desde o início da década de 1940. Exceto Cortesão, os demais atuavam em órgãos públicos, envolvidos com a consecução do Acordo

---

<sup>29</sup> A expressão é de Capistrano de Abreu.

<sup>30</sup> Cf. VAINFAS, Ronaldo. “Capistrano de Abreu - Capítulos de história colonial”. In: Lourenço Dantas Mota (org.). *Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico*. 2ª edição. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999, v.1, p. 188-189

<sup>31</sup> Cf. CAPELATO, Maria Helena R., Glezer. Raquel & Ferlini, Vera Lucia A. A escola uspiana de história. In: CAPELATO, Maria Helena R. (org.). *Produção histórica no Brasil: 1985-1994: catálogo de dissertações e teses dos programas e cursos de pós-graduação*. São Paulo: Xamã, 1995, p. 15-26.

Cultural Luso-Brasileiro, firmado em 1941, entre o Departamento de Imprensa e Propaganda (Brasil) e o Secretariado de Propaganda Nacional (Portugal).

Chefiada por Júlio Dantas, a delegação oficial era formada por intelectuais ligados ao Estado Novo salazarista, a exemplo de Luís Silveira, editor da série *Documentos dos Arquivos Portugueses que Importam ao Brasil*; de Hernani Cidade, responsável por diversas publicações patrocinadas pelo Acordo, inclusive o livro ganhador do prêmio Pero Vaz de Caminha; de Damião Peres membro da Academia Portuguesa da História e colaborador da revista *Atlântico*; do jesuíta Serafim Leite, da Academia Portuguesa da História, cujas obras sobre a Companhia de Jesus haviam sido reeditadas, na década de 1940 pelo governo de Getúlio Vargas; de Eduardo Dias, autor do livro *A Terra de Vera Cruz na era de Quinhentos*, um dos títulos da coleção *Atlântico*, também patrocinada pela política editorial do Acordo de 1941. Integram, ainda, a representação lusa, Alberto Iria (Arquivo Colonial de Lisboa), Alfredo Mendes Gouveia (Arquivo Colonial de Lisboa), Américo Pires Lima (Universidade do Porto), Berta Leite, Fernando da Silva Correia (Instituto Superior de Higiene de Lisboa), Luís de Pina Manique, Luísa da Fonseca (Arquivo Colonial de Lisboa), Manuel Lopes de Almeida (Universidade de Coimbra), Torquato Soares de Sousa (Universidade de Coimbra), Maria Isabel de Albuquerque (Arquivo Colonial de Lisboa)<sup>32</sup>.

Embora não seja da nossa intenção discorrer sobre o Acordo Luso-Brasileiro, alvo das análises de Heloisa Paulo e mais recentemente de Gisella Amorim Serrano<sup>33</sup>, convém dar uma rápida palavra a respeito da série *Documentos dos Arquivos Portugueses que Importam ao Brasil*. Iniciada em 1944, com a transcrição de fontes inéditas para a redação de uma história do Brasil colonial, “indispensáveis ao conhecimento intercultural das duas nações”<sup>34</sup>, a coleção era editada pela Seção Brasileira do Secretariado de

---

<sup>32</sup> Cf. Sobre os delegados portugueses no IHGB, ver, GUIMARAES, L. M. P. IV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil colonial (Rio de Janeiro, 1949). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 24 (48): 152, 2004.

<sup>33</sup> Cf. PAULO, Heloísa. *A propaganda no Brasil e em Portugal. O DIP e o SPN/SNI*. Coimbra: Editora Minerva, 1994. Ver, também, SERRANO, Gisella Amorim. *Caravelas de papel*. Tese de doutorado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009 (mimeo).

<sup>34</sup> Boletim da Seção Brasileira do SPN, n. 8, 08/06/1945.

Propaganda Nacional em Lisboa, e correspondia às expectativas da estratégia editorial definida pelo Acordo, que vislumbrava na história da colônia as sementes da nacionalidade luso-brasileira.

#### Quadro nº 4

#### IHGB, Anais do IV Congresso de História Nacional:

#### Comunicações Publicadas por Seção/ Origem dos Autores

SEÇÕES	COMUNICAÇÕES PUBLICADAS /VINCULAÇÕES DOS AUTORES			
	INSTITUIÇÕES NACIONAIS	INSTITUIÇÕES LUSAS	OUTRAS	TOTAL
1ª História Geral	23	09	01*	33
2ª Geografia Histórica e Cartográfica	02	01	-	03
3ª Etnografia	02	-	01	03
4ª História Econômica e Social	09	05	-	14
5ª História Militar e Diplomática	07	01	-	08
6ª Religião, Ciências, Letras e Artes	24	04	01	29
7ª Instituições políticas e jurídicas – Evolução das cidades	10	-	-	10
8ª Bio-bibliografia	04	07		11
Trabalhos Avulsos	12	02	01	15
<b>TOTAL</b>	<b>93</b>	<b>29</b>	<b>04</b>	<b>126</b>

\*Computou-se nesta categoria a comunicação do historiador Jaime Cortesão.

Fonte: Quadro elaborado com informações contidas nos Anais do IV Congresso de História Nacional. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1950- 52, 13v.

Os *Anais do IV Congresso* revelam o esforço despendido pelos autores nacionais para dar conta da extensa pauta proposta pelo Instituto Histórico. As dissertações primaram pelo cuidado no tratamento metodológico das fontes, a incorporação de novos objetos de pesquisa e a utilização de referenciais teóricos originais. Para se ter uma idéia, no segmento de *História geral do Brasil*, temas clássicos, como as invasões holandesas, foram revisitados à luz



de enfoques inovadores, como é o caso das dissertações oferecidas por Luís da Câmara Cascudo e por Josué de Castro, respectivamente, “Geografia do Brasil holandês” e “A influência holandesa na paisagem urbana do Recife”. Ambas passam ao largo das batalhas dos campos de Guararapes e da exaltação ao nativismo. Câmara Cascudo analisa os territórios ocupados pelos prepostos da Companhia das Índias Ocidentais, para discutir os limites e as possibilidades da existência de uma cultura material deixada pelos flamengos<sup>35</sup>. O geógrafo Josué de Castro, por seu turno, aprofunda o debate sob outro ângulo e questiona a presença de supostos traços holandeses na arquitetura do Recife<sup>36</sup>.

Entre os noventa e três trabalhos assinados por brasileiros, vinte e quatro dedicados são às temáticas do desbravamento e da expansão do território. A valorização conferida a tais questões merece uma reflexão. Acredito que tal incidência não constitui apenas um reflexo tardio da política cultural desenvolvida no Estado Novo varguista (1937-1945), que enalteceu o movimento dos bandeirantes e o associou às políticas de colonização e da marcha para o oeste, empreendidas pelo governo de Getúlio Vargas. Do ponto de vista historiográfico, a tendência robustece a hipótese anteriormente levantada sobre a contribuição da matriz interpretativa enunciada por Capistrano de Abreu. A premissa ganha ainda mais força quando se percebe, em boa parte daqueles trabalhos, a influência do pupilo dileto de Capistrano - Afonso d’Escranolle Taunay, autor da *História geral das bandeiras*<sup>37</sup>. A obra de Taunay, como se sabe, ao lado da bibliografia deixada por Alfredo Ellis Júnior sobre o bandeirismo, até hoje constituem as duas referências básicas da historiografia paulistana na matéria.

Do balanço das atividades do IV Congresso, há que se assinalar, ainda, a eloqüente participação lusa. Refiro-me, em particular, à contribuição dos

---

<sup>35</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. “Geografia do Brasil holandês”. Idem, v. 4, p. 243-450.

<sup>36</sup> Vale aqui lembra que autores como Gilberto Freyre e Antonio Gonçalves de Melo Neto identificam nos *sobrados magros* do Recife sinais da influência da arquitetura holandesa.

<sup>37</sup> A propósito dessa obra, no discurso de posse, na Academia Brasileira de Letras, Taunay confirma a ascendência de Capistrano e menciona o desafio que o Mestre lhe propôs. Cf. TAUNAY, Afonso de. Discurso de Posse. <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8462&sid=88&tpl=printerview>. Acesso em 20 de agosto de 2011.

arquivistas, que descortinaram para os brasileiros as inúmeras possibilidades de investigação nos ricos acervos portugueses, o que sintomaticamente apontava para a necessidade de estreitar o intercâmbio entre pesquisadores das duas margens do Atlântico. Neste sentido, é possível supor que a delegação mandada pelo governo de Lisboa tencionava conquistar o apoio das autoridades do Palácio do Catete e a direção do Instituto Histórico, para dar continuidade ao projeto da série *Documentos dos Arquivos Portugueses que importam ao Brasil*, que vinha sendo publicada desde 1944.

Mas, ao que tudo indica, a representação capitaneada por Júlio Dantas também tencionava reatar os fios de um projeto historiográfico, que pretendia congregiar especialistas dos dois países com o objetivo de produzir uma narrativa única, sobre os trezentos anos da *missão civilizatória* de Portugal no Novo Mundo. A proposta, aliás, fora anunciada por Dantas, em 1940, por ocasião do Congresso Luso-Brasileiro de História, realizado em Lisboa, no âmbito das Comemorações Centenárias de Portugal<sup>38</sup>.

De qualquer modo, os sócios do Instituto Histórico não renegariam a matriz cultural portuguesa, nem repudiariam a colonização. Porém, deixaram entrever que a pretendida cooperação luso-brasileira não implicaria na construção de uma historiografia comum, baseada na unidade de interpretação, como aspirava Julio Dantas. Na trilha aberta por Capistrano de Abreu, a escrita da história do Brasil colonial ultrapassara os «quadros de ferro» do século XIX. Alcançara um patamar de maturidade que já não admitia a volta de modelos tradicionais. Tampouco se deixara seduzir pela proposta de partilhar um projeto historiográfico orientado pela corte de intelectuais que orbitava em torno de Salazar.

O avanço experimentado, todavia, não pode ser creditado apenas à criação dos cursos superiores de história, inaugurados em 1934 e 1935, como faz crer Francisco Iglésias, no livro *Historiadores do Brasil*<sup>39</sup>. Até porque esses cursos

---

<sup>38</sup> Ver, GUIMARÃES, Lucia M. P. Nos subterrâneos das relações luso-brasileiras, dois estudos de caso: O sucesso da (re)inauguração da Sala do Brasil, na Universidade de Coimbra (1937) e o fracasso do Congresso Luso-Brasileiro de História (1940). In: \_\_\_\_\_. (org.). *Afinidades Atlânticas*. Rio de Janeiro, 2009, p. 153-170.

<sup>39</sup> IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil. Capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/IPEA; Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 230-231.

formavam profissionais destinados a atuar o ensino médio. Seus currículos não privilegiavam a investigação histórica. Assim, durante um bom tempo, a pesquisa continuaria a ser desenvolvida por diletantes, no âmbito do IHGB e dos Institutos Históricos estaduais.

Francisco Falcon, nas suas *Considerações gerais acerca da historiografia brasileira recente*, avalia que ao final dos anos 1950 e ao longo da década de 1960, a prática historiadora *polarizou-se entre a tradição e a inovação*<sup>40</sup>. A *tradição*, representada pelos autodidatas, marcada pelo *empirismo positivista* ou *metódico, solidamente implantada em termos institucionais e, salvo raras exceções, era quem ditava currículos e leituras na esfera da graduação em História*. A *inovação*, apesar dos seus primeiros indícios datarem da década de 1930, consumiu cerca de duas décadas para causar impacto tanto na produção do conhecimento histórico, quanto no ensino da disciplina. Do ponto de vista teórico, o sopro renovador apoiava-se numa espécie de *simbiose*, que combinava o prestígio da escola de *Annales* e a influência das teorias marxistas. Porém, o embate entre *tradicionalistas* e *inovadores* concentrou-se no campo do ensino da História e ganhou as salas de aula, pois, naquela altura, a pesquisa histórica ainda não se havia institucionalizado no país<sup>41</sup>.

As pistas indicadas pelo professor Falcon remetem a uma jornada acadêmica - o *I Simpósio de Professores de História de Ensino Superior*, realizado entre 15 e 20 de outubro 1961, na Faculdade de Filosofia de Marília, no estado de São Paulo<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> Dentre os sinais inovadores da década de 1930, Falcon destaca a publicação das obras clássicas de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr, além da criação das Faculdades de Filosofia – as da Universidade de São Paulo e da extinta Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. Ver, FALCON, Francisco J. C. A identidade do historiador. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 9 (17): 7-30. 1996.

<sup>41</sup> Idem. Ver, também, a esse respeito, LINHARES, Maria Yedda. “Entrevista com ..., concedida a Marieta Moraes Ferreira”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 5 (10): 216-136, 1992.

<sup>42</sup> *Anais do I Simpósio dos Professores de História do Ensino Superior*. Marília (SP): Faculdade de Filosofia de Marília, 1962.

**Quadro nº 5****I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior:****Programa Acadêmico****(Marília [S.P.], 15-20 de outubro de 1961)**

ATIVIDADES	AUTOR
1. Conferências Magnas	
1.1 História do Brasil, programa de cultura, consciência e patriotismo	Pedro Calmon
1.2 Pour une étude équilibrée de l'Histoire. Recherche et enseignement	Michel Mollat
1.3 As regiões brasileiras: formação, peculiaridades e integração no nosso processo histórico	Arthur Cezar ferreira Reis
2. Temário das Reuniões do Simpósio	Relator
2.1. História Antiga e Medieval: dois espíritos e duas especializações. Problemas que suscita a sua definição numa só Cadeira	Eurípedes Simões de Paula
2. 2 História Moderna e Contemporânea: problemas que suscita o seu ensino numa só Cadeira	Eduardo D'Oliveira França
2.3 O estudo da História da América e da História do Brasil no curso universitário: ensino tradicional e renovação	Alice Piffer Canabrava
2.4 Matérias complementares e auxiliares no alargamento do horizonte no estudo da História	Eremildo Luiz Vianna
2.5 O lugar das disciplinas pedagógicas do Curso de Historia	Maria Yedda Linhares
2.6 A especialização. As condições por ela pressupostas e as possibilidades inerentes ao Curso de História no Brasil	Carl Valeer Frans Laga
2.7 Reestruturação do currículo	Olga Pantaleão

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações publicadas nos Anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1962.

O programa cumprido no Simpósio, evidencia que os organizadores priorizaram os problemas inerentes ao ensino da História no Brasil e questões conexas. O evento reuniu 150 docentes, representantes de instituições de diferentes estados, sob a presidência do professor Moisés Massaud. A direção das duas mesas redondas, encarregadas de sistematizar os debates e sintetizar

as conclusões/ recomendações aprovadas em plenário, foi confiada, respectivamente, a Sérgio Buarque de Holanda e a Rubem Borba de Morais.

A consulta ao material dos Anais do *I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior* demonstra que a jornada acadêmica extrapolou suas finalidades, para além do combate que se travava entre *tradicionalistas* e *inovadores*. As discussões não se confinaram à agenda proposta e o encontro se transformou em uma tomada de posição dos profissionais da área, evidenciando a existência da dita *vida universitária*, entre nós<sup>43</sup>.

Embora não caiba aqui fazer uma apreciação detalhada a respeito dos participantes do congresso de Marília ou enumerar todas as moções oferecidas, convém abrir um rápido parêntese, para contextualizar as demandas que lá se apresentaram. Em um momento em que se votava na Câmara dos Deputados uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>44</sup>, os professores preocuparam-se em demarcar o seu território de atuação. Defendiam que o ensino de história nos cursos secundários fosse ministrado exclusivamente por licenciados e/ou bacharéis na disciplina. Ao mesmo tempo, reivindicavam a revogação da Portaria 478, de junho de 1954, que facultava o exercício da docência da disciplina aos diplomados em Pedagogia, Ciências Sociais e Filosofia<sup>45</sup>.

Na esfera pedagógica, postulava-se a reformulação do currículo do curso de graduação de História, enfatizando-se a necessidade da sua diversificação, de acordo com as peculiaridades locais e regionais. Neste sentido, há que destacar os indicativos sobre a inserção de disciplinas de natureza metodológica e de práticas de pesquisa em arquivos nas grades curriculares. Recomendava-se a redação obrigatória de monografias de final de curso, a intensificação de intercâmbio entre as instituições de ensino e os centros de pesquisa de história, a abertura de cursos de pós-graduação em moldes diferentes dos cursos de especialização até então ministrados, bem como

---

<sup>43</sup> A expressão é de Anne Rasmussen. No caso brasileiro, é significativo o depoimento da Professora Maria Yedda Linhares, quando afirma que ao longo dos anos 1950, “...começávamos a ver a universidade e a nossa atuação dentro dela”. Cf. Maria Yedda Linhares, op. cit., p.227.

<sup>44</sup> Trata-se da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada a 20 de dezembro de 1961.

<sup>45</sup> *Anais do I Simpósio dos Professores de História do Ensino Superior*. Op. cit., p. 304.

pleitear junto ao governo a adoção do regime de tempo integral para os professores universitários<sup>46</sup>.

Nem todas essas demandas se concretizaram, é certo. Porém, entendo o *Simpósio de Marília* ou *Congresso de Marília*, como ficou mais conhecido, como um dos grandes divisores de águas da história da historiografia brasileira da segunda metade do século XX<sup>47</sup>. Além do caráter pioneiro, de levantar a discussão sobre o ensino da disciplina, o encontro ensejou a criação da Associação dos Professores Universitários de História – a APUH<sup>48</sup>, entidade destinada a promover *o aperfeiçoamento do ensino de história em nível superior; o estudo, a pesquisa e a divulgação de assuntos de história e a defesa das fontes e manifestações culturais dos interesses dos estudos históricos*<sup>49</sup>. Abria-se, assim, um novo espaço acadêmico de debate. A partir daí, a Associação que mais tarde seria rebatizada de ANPUH – Associação Nacional de História, começaria a organizar simpósios periódicos<sup>50</sup>, como até hoje vem fazendo a cada dois anos, para onde passaram a convergir docentes e discentes, pondo termo a uma fase da historiografia brasileira, caracterizada pela atuação quase hegemônica do IHGB e órgãos congêneres.

A pesquisa histórica no âmbito universitário, paradoxalmente, só viria a se desenvolver durante o período da ditadura militar (1964-1983), com a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior, no organograma do Ministério da Educação e a institucionalização dos Programas de Pós-Graduação. De qualquer modo, nesse processo, é inquestionável o papel desempenhado pelo Simpósio de Marília, já que, em boa parte, as recomendações pedagógicas sugeridas no evento foram assimiladas pelas principais

---

<sup>46</sup> Idem, p. 305.

<sup>47</sup> O outro divisor de águas corresponde à implantação dos cursos de pós-graduação em História, nos anos 1970-1980.

<sup>48</sup> Cf *Anais do I Simpósio dos Professores de História do Ensino Superior*. Op. cit., p. 8-9.

<sup>49</sup> ANPUH. Associação dos Professores Universitários de História, “Extrato para Registro”, *Diário Oficial* do Estado de São Paulo, de 6 de junho de 1962. <http://www.fflch.usp.br/dh/anpuh>. Acessado em julho de 2011.

<sup>50</sup> Ver, entre outros, *Anais do II Simpósio dos Professores Universitários de História*. Curitiba: Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, 1962. *Anais do III Simpósio dos Professores Universitários de História*. Franca (SP): Faculdade de Filosofia de Franca, 1966. *Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*, São Paulo: USP, 1969.

faculdades do país. Talvez, por esse motivo, se considerado o ano-base de 1971, quando da implantação do atual sistema de pós-graduação, em pouco tempo a área de história foi capaz de buscar meios para se adequar às exigências das agências de fomento, conforme avalia Francisco Falcon.

Seja como for, no Brasil, hoje em dia, o *locus* privilegiado da investigação histórica situa-se no meio universitário. Existem 63 programas de Pós-Graduação, dos quais 30 oferecem cursos de doutorado. Organizados em torno de áreas de concentração e de linhas de pesquisas, os Programas mostram-se afinados com as tendências da disciplina, que despontaram nas últimas décadas do século passado, quando o foco dos historiadores deslocou-se, progressivamente, das estruturas sociais e dos processos para a análise da cultura no seu sentido amplo, privilegiando inclusive as ações do cotidiano.

Tal como ocorre em outras latitudes do hemisfério ocidental, a produção originária desses Programas reflete os impactos que o desafio pós-modernista provocou sobre a construção do conhecimento histórico. Porém, sem perder de vista as especificidades do caso brasileiro, ou seja, de um país de dimensões continentais, que enfrenta o peso de grandes desigualdades sociais, e cuja história compõe-se de muitas histórias.

Finalmente, cabe acentuar que as mudanças operadas no cenário político internacional, com o fim do socialismo real, contribuíram para que a história retomasse seus objetos tradicionais, impulsionada não apenas pelos avanços das ciências sociais, mas também instigada pela mídia, sobretudo a televisão e a Internet, que trouxeram os acontecimentos e seus respectivos protagonistas para o primeiro plano, exigindo uma nova postura dos historiadores<sup>51</sup>. Neste começo de século XXI, uma conjugação de fatores parece devolver à história a sua face humana, com renovada atenção para os indivíduos. A historiografia brasileira acompanha esse movimento.

---

<sup>51</sup> IGGERS, Georg G. *Historiography in the twentieth century. From scientific objectivity to the postmodern challenge*. Connecticut (USA): Wesleyan University Press, 1997, p. 135-138.